

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NUM CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT

(SOCIAL WORKER'S FUNCTION IN A LGBT REFERENCE CENTER)

Elisandra Rodrigues de Sousa¹
 Francisca Daniele de Sousa²
 Jamile Ferreira da Silva Barbosa³
 José Everton Silva Rodrigues⁴
 Vanessa Saraiva Nogueira⁵

RESUMO: Este artigo tem como finalidade apresentar um estudo sobre o trabalho desenvolvido pelo assistente social num Centro de Referência LGBT – CRLGBT, do Ceará. Para tanto, buscamos conhecer a dinâmica do equipamento desse recinto, sua origem e situação atual, como também, observar as necessidades do segmento composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBT) atendido por esse espaço, visto a situação de violência através da qual se materializa o preconceito e a discriminação que afetam essa população em nossa sociedade. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e de campo. Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada, com roteiro de perguntas. Em vista dos aspectos observados, conclui-se que a atuação do assistente social é de suma importância, pois é através do olhar crítico deste profissional que se viabiliza uma intervenção qualificada no equipamento. Comprovou-se ainda que o assistente social como classe trabalhadora também sofre com a precarização do trabalho, seja na forma de vínculo empregatício ou nas regressões dos direitos historicamente conquistados.

Palavras-chave: trabalho, Serviço Social, violência contra a população LGBT.

ABSTRACT: This article aims to present a study on the work done by the social worker in a LGBT – CRLGBT, Reference Center of Ceará. Therefore, we seek to know the dynamics of this place equipment, its origin and current situation, as well as observe the segment composed of Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite and Transgender (LGBT) assisted by this space, post, the situation of violence through which Prejudice and discrimination that affect this population in our society materializes. This is a qualitative research, bibliographic and field research. For data collection, a semi-structured interview was used, with a script of questions. In view of the observed aspects, it is concluded that the performance of the social worker is of paramount importance, because it is through the critical eye of this professional that a qualified intervention in the equipment is feasible. It has also been proven that the social worker as a working class also suffers from the precariousness of work, whether in the form of employment or in regressions of historically conquered rights.

Keywords: work, Social Work, violence against the LGBT population.

¹ Graduanda em Serviço Social pela UNIATENEU. E-mail: elyrodriques@yahoo.com

² Graduanda em Serviço Social pela UNIATENEU. E-mail: danimary1312@outlook.com

³ Graduanda em Serviço Social pela UNIATENEU. E-mail: jamileferreira01@gmail.com

⁴ Graduando em Serviço Social pela UNIATENEU. E-mail: everton_rodrigues13@hotmail.com

⁵ Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais, pela UECE; Mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, pela UECE. Professora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Uniateneu. E-mail: vanessa.saraiva@professor.uniateneu.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade apresentar um estudo sobre o trabalho do assistente social num Centro de Referência LGBT. Para tanto, buscamos conhecer a dinâmica do equipamento, sua origem e situação atual. Bem como, realizar uma contextualização acerca do público composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais – LGBT atendido por esse espaço, posto, a situação de violência através da qual se materializa o preconceito e a discriminação que afetam essa população em nossa sociedade.

A ideia de elaborar este artigo, tendo como objeto de estudo a prática do assistente social no campo da Política para população LGBT, teve início a partir da elaboração de uma pesquisa bibliográfica sobre a violência sofrida pela população LGBT no município de Fortaleza⁶. Levantou-se o questionamento sobre a importância de haver um equipamento que atendesse essa população, descobrindo-se, assim, a existência do Centro de Referência LGBT e que o Serviço Social fazia parte da equipe de profissionais do local.

A partir disso, compreendendo a violência como expressão da questão social, consideramos o compromisso da categoria com os princípios da liberdade, da igualdade e da justiça social, que busca materializar no cotidiano da atuação profissional o enfrentamento da discriminação e do preconceito diante das manifestações da sexualidade na sociedade contemporânea. Daí resultou no interesse de conhecermos como ocorria a atuação do assistente social no equipamento.

Alguns dados acerca da violência sofrida por este segmento, de acordo com o relatório anual do Grupo Gay da Bahia, são preocupantes:

A cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT (RELATÓRIO GGB, 2018, p. 1).

Observando toda a trajetória do Serviço Social e estando essa categoria incluída no quadro de profissionais da instituição elencada acima, surgiu como foco de interesse desse estudo o seguinte questionamento: como se desenvolve a atuação do Assistente Social num Centro de Referência LGBT (CRLGBT), no contexto contemporâneo violento e ultraconservador?

⁶ A referida pesquisa foi resultado de um trabalho da disciplina *Projeto Interdisciplinar IV*, que visa aprofundar os estudos sobre Saúde. No momento, foi desenvolvida uma pesquisa na qual abordamos a saúde da população LGBT.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa se constitui em conhecer a atuação do Assistente Social num Centro de Referência LGBT. Tendo como objetivos específicos compreender o processo de construção do equipamento, descrever os serviços oferecidos pelo mesmo e identificar as atribuições e competências do Assistente Social nesse espaço. Diante da atual situação de violação de direitos, decorrente de uma sociedade enraizada no conservadorismo, mesmo depois de muitas conquistas do movimento LBGT e dentro do projeto ético-político que rege o Serviço Social, este estudo se faz de grande importância na luta pela garantia e proteção desse grupo inserido em uma das problemáticas que fazem parte do agravamento da questão social.

A referida pesquisa tem enquanto relevância social um caráter de alerta e denúncia da discriminação e violência sofrida pela população LGBT. Academicamente o estudo tem sua importância pela proposta de agregar conhecimento a outros estudantes, que pretendem seguir nessa temática, procurando desvelar os processos de trabalho do assistente social junto a população LGBT mediante um contexto de aumento significativo da violência contra este segmento, além de conhecer o CRLGBT, que apesar de muito importante não é tão divulgado para sociedade.

Mediante o que é exposto, este artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro tópico do desenvolvimento apresentamos o debate gerado em torno da atuação do Serviço Social, discutindo acerca da categoria do trabalho. Em seguida, discorremos acerca da intervenção do assistente social na conjuntura atual, em que o mundo do trabalho vem sofrendo grandes mudanças que resultam na precarização, flexibilização e perda de direitos. Apresentamos ainda o Centro de Referência LGBT, campo escolhido para a realização da presente pesquisa.

No segundo tópico abordamos sobre a violência contra a população LGBT e a importância do movimento LGBT na resistência e luta pela efetivação de seus direitos. Posteriormente, explanamos acerca do contexto histórico dos conceitos de gênero e sexualidade e os fatores sociais que influenciaram no modo como este segmento é visto pela sociedade. Nos resultados da pesquisa dissertamos acerca da atuação do assistente social no CRLGBT, a partir dos dados coletados através das visitas e entrevistas realizadas. Sucessivamente, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa e, por fim, desenvolvemos a conclusão, de modo a evidenciar alguns dos resultados obtidos na pesquisa desenvolvida.

2. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA JANAÍNA DUTRA

Neste tópico apresentaremos o processo de trabalho do assistente social junto à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais – LGBT – num Centro de Referência. Para tanto se faz necessária uma contextualização acerca do debate sobre o Serviço Social e o mundo do trabalho, tendo em vista os impactos sofridos pela categoria, considerando seu pertencimento à classe trabalhadora em meio às diversas metamorfoses no mundo do trabalho na sociedade contemporânea neoliberal. Esta explanação é de suma importância para visualizarmos a realidade do assistente social no cotidiano profissional a partir de sua inserção nesta Política Pública direcionada ao público LGBT.

2.1. Contextualização acerca da categoria trabalho no Serviço Social

Em meados dos anos 1980, diante das grandes transformações no mundo do trabalho impulsionadas pela grande crise do capital nos anos 1970⁷, que instaura o neoliberalismo, debates importantes como a “centralidade do trabalho” e a “crise da sociedade do trabalho”, incidiram sobre o Serviço Social e foram amplamente divulgados e debatidos a partir dos textos de Marilda Iamamoto e José Paulo Netto⁸, delineando claramente uma aproximação com a análise reflexiva e crítica do marxismo. É desse processo que surgem as contribuições teóricas mais importantes que colaboram para o entendimento das contradições do modo de produção capitalista que desnatura a ordem societária burguesa, ao compreender o homem como sujeito histórico que transforma sua realidade a partir do trabalho.

Sendo assim, cabe apontar a análise de Marx (1867) em seus estudos sobre a dimensão do trabalho enquanto atividade humana criadora da sociabilidade humana:

O trabalho é um processo entre o homem e a Natureza em que o homem, por sua própria ação, mede, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente (MARX, 1867, p. 46)

⁷ Segundo Iamamoto (2010), a crise de 1970 foi marcada pela desregularização do sistema monetário internacional no período Toyotista, onde ocorreu o processo de reestruturação produtiva, desvalorização do trabalho, flexibilização da produção e mundialização do capital no que veio a travar o ritmo de crescimento da economia mundial.

⁸ As principais obras que se destacam são: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1982), *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social* (1992), de Iamamoto e *Ditadura e Serviço Social* (1991), de Netto.

Na interlocução entre as ciências sociais e o Serviço Social, os estudos sobre o trabalho, iniciados por Karl Marx e aprofundados por György Lukács, vão sendo apropriados pela categoria dos assistentes sociais na busca incessante de refletir sobre os processos de intervenção profissional⁹. Neste contexto, há uma ampla discussão acerca da categoria trabalho no Serviço Social, apontados, dentre outros autores, por Marilda Villela Iamamoto (2007) e Sérgio Lessa (2012).

Segundo Lessa (2015), a categoria trabalho seria a base da sociabilidade humana, ou seja, o fundamento do *ser social*. Desta maneira é através da atividade do trabalho que ocorre a interação entre homem e natureza, em que todos os sujeitos atuam sobre esta para produzir os meios necessários a sua subsistência e os meios de produção, garantindo sua sobrevivência e, portanto, a reprodução social. Para entender este processo convém compreender as três esferas ontológicas. De acordo com Lessa (2015):

Para Lukács, portanto, existem três esferas ontológicas distintas: a inorgânica, cuja essência é o incessante tornar-se outro mineral; a esfera biológica, cuja essência é o repor o mesmo da reprodução da vida; e o ser social, que se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta. Apesar de distintas, as três esferas ontológicas estão indissoluvelmente articuladas: sem a esfera inorgânica não há vida, e sem a vida não há ser social. Isto ocorre porque há uma processualidade evolutiva que articula as três esferas entre si: do inorgânico surgiu a vida e, desta, o ser social. Essa processualidade evolutiva é responsável pelos traços de continuidade que articulam as três esferas entre si. (LESSA, 2015, p. 16).

O *trabalho fundante* para Lessa (2015) se diferencia, portanto, do *trabalho abstrato* no capitalismo¹⁰. Para o autor é importante compreendermos que a atividade que funda o ser social, enquanto ação originária, primária do agir humano é fundante, portanto, de todas as demais práxis sociais. No entanto, nenhuma das práxis fundadas pelo trabalho são redutíveis a este¹¹. Essa distinção, segundo o autor, é a base do pensamento marxista que põe no horizonte do *mundo dos homens*, a possibilidade da transformação da realidade; da criação, pelos

⁹ Josiane Soares (2007) aponta como esse alinhamento junto à perspectiva marxista foi histórico e processual. Para aprofundar o entendimento desse processo, conferir sua obra: *Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro*.

¹⁰ O trabalho abstrato no capitalismo, segundo Lessa (2015), ainda se subdividiria em *trabalho produtivo* de capital e *trabalho improdutivo* de capital. Acrescenta-se ainda que, de acordo com Netto e Braz (2006), os estudos acerca da categoria trabalho também envolvem a compreensão desta em sua dupla dimensão: o *trabalho concreto*, que cria valor de uso e o *trabalho abstrato* que cria valor de troca, ou seja, a mercadoria, no modo de produção capitalista, possui um duplo valor.

¹¹ De acordo com Lessa (2015, p. 22): “Há um estudo muito interessante sobre o fato de o trabalho ser a atividade fundante de todas as outras práxis e, ao mesmo tempo, o fato de nenhuma das práxis fundadas pelo trabalho serem redutíveis a ele”. Essa citação está presente em: Macedo da Costa, Gilmaisa; Afrânio Lessa Filho, Sergio. **Trabalho a serviço social**: debate sobre a concepção de serviço social como processo de trabalho com base na Ontologia de Georg Lukács. 1999. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

homens, de uma outra sociabilidade, visto ser o homem sujeito da história. Dessa, forma, fica claro para o autor a concepção de Serviço Social como práxis social e não como trabalho.

Por razões metodológicas e da própria característica do trabalho não cabe aqui trazermos de forma profunda todo o debate acerca dessa discussão. No entanto, também não poderíamos deixar de apresentá-la. Passamos ao pensamento e às contribuições de Yamamoto. É também alicerçado nessa apropriação e produção teórica de fundamentação marxista que o Serviço Social, a partir da referida autora, passa a ser definido como “uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais”. (IAMAMOTO, 2007, p. 83-84).

Considerando a sua influência no processo de produção e reprodução da vida social, entender a profissão a partir do conceito de *trabalho*, de acordo com Yamamoto, amplia a reflexão crítica, histórica e teórica sobre o Serviço Social. Portanto, estando o assistente social inserido dentro do modo de produção capitalista como trabalhador assalariado, este possui unicamente a sua força de trabalho para vender, em troca de um salário. O salário, enquanto parte integrante do sistema capitalista, materializa-se através da relação social de exploração a que os trabalhadores, de forma geral, são submetidos.

Sendo assim, para autora, qualquer *processo de trabalho* requer uma *matéria-prima* ou *objeto* sobre o qual incide a ação; requer *meios* ou *instrumentos* de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto e requer a própria *atividade*, o *trabalho* direcionado a um fim, planejado, que resulta em um produto final. Além disso, acrescenta, sendo a questão social o objeto de trabalho do assistente social, os seus instrumentos de trabalho estão para além de um “arsenal de técnicas” (entrevistas, reuniões, visitas, encaminhamentos), por isso, o conhecimento, as bases teórico-metodológicas e a linguagem devem ser apropriados como meios/instrumentos de trabalho¹².

Desse modo, de acordo com Yamamoto (2007) o assistente social é um intelectual que contribui, junto com outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade em torno dos interesses da classe trabalhadora. Nesse exercício democrático, a autora sintetiza o papel do intelectual engajado: “devolver às massas o que delas recebeu confusamente” (CARDENAL, 1980, apud IAMAMOTO, 2007, p. 77), ou seja, compreender e esclarecer os processos complexos da sociedade capitalista, na defesa dos direitos sociais, como desafio e propósito do serviço social.

¹² Yamamoto (2007) ressalta, afirmando que parte dos meios de trabalho são fornecidos pela instituição empregadora – por isso temos uma *relativa autonomia* – que a instituição é mais um elemento que faz parte dos processos de trabalho do assistente social.

Portanto, com a formação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, os assistentes sociais produzem em seus espaços sócio ocupacionais um processo de mediação sob um olhar crítico do real. Na contemporaneidade, os estudos se voltam para as discussões acerca dos desafios do exercício da profissão no seu cotidiano diante da agudização das expressões da questão social, num contexto de mundialização e hegemonia do capital financeiro.

2.2. A atuação do assistente social no cenário contemporâneo

Pensar o Serviço Social na conjuntura contemporânea, em tempos de financeirização da economia, requer “olhos abertos” para refletirmos acerca das diversas metamorfoses do trabalho, na qual a categoria profissional do Serviço Social vem sofrendo ataques de forma ameaçadora, seja nos cortes das Políticas Públicas, regressão de direitos e na forma de contratação profissional.

Com o advento do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990, dentro de um contexto de privatizações, afastamento do Estado no tocante à proteção social, flexibilização da economia e reestruturação no mundo do trabalho, houve um agravamento nas expressões da questão social, bem como a ampliação dos campos de atuação do assistente social, que passou a ser requisitado em diversas áreas e espaços sócio ocupacionais (CFESS; CRESS, 2018). Vale lembrar, que nesse momento, remando contra a onda privatista do neoliberalismo, algumas vitórias foram alcançadas, como a consolidação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS –, em 2005, em virtude da eleição de um governo progressista, populista e do campo da esquerda, o Partido dos Trabalhadores – PT.

O sistema capitalista, sob a ótica da mundialização financeira, vem transformando o mundo do trabalho e impactando diretamente na prática profissional do assistente social, fragilizando as formas de organização e gestão do trabalho da categoria, a partir de trabalhadores precarizados, flexibilizados, pauperizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva (ANTUNES, 2005 apud RAICHELIS, 2011). Boschetti (2011), sintetiza os impactos desse cenário de precarização do trabalho do assistente social:

Com a ampliação do ideário liberal, nos espaços públicos, a não realização de concursos públicos em conformidade com as demandas do trabalho tem levado à terceirização do trabalho, à precarização, à superexploração da força de trabalho, à inserção dos (as) profissionais em dois ou três campos de atuação com contratos precários, temporários, o que tem causado adoecimento físico e mental (BOSCHETTI, 2011, p. 562).

No contexto de uma sociedade *ultraneoliberal* surgem grandes desafios para a profissão em atender as demandas vigentes sobre as expressões da questão social no âmbito das Políticas Sociais Públicas, tendo em vista as reformulações pelas quais o Estado vem passando para atender os interesses do capital e da burguesia nacional e internacional. O que a sociedade brasileira viveu no contexto dos anos 1990 é retomado e aprofundado atualmente no governo de Jair Bolsonaro, sob viés fortemente conservador, antidemocrático, machista, racista e homofóbico.

Se nos anos 1990 vivemos a privatização, o desemprego, a precarização do trabalho e políticas sociais focalizadas, o cenário atual é desolador. Destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários; entrega das riquezas e do patrimônio nacional; criminalização e perseguição de mulheres, negros, LGBT's e militantes de esquerda, dentre outros fenômenos que se relacionam com a configuração de um Estado fascista¹³.

Dessa forma, o trabalho do assistente social vem sofrendo profundos ataques no atual governo, decorrentes das novas configurações do mercado de trabalho e das modificações realizadas pelo Estado nas políticas públicas de modo geral, atacando veementemente a política de educação, cultura, saúde, assistência social e previdência, bem como as reformas da previdência e trabalhista. Ressalta-se aqui a reconfiguração de programas sociais com a retomada de intervenções típicas do *primeiro damismo*, como o Programa Criança Feliz¹⁴; a substituição de concursos públicos por seleções temporárias; a perseguição ao servidor público, com as aposentadorias compulsórias, por exemplo; remuneração com baixíssimos salários; a não aprovação do piso salarial; a inobservância da lei das trinta horas de trabalho por parte de muitos empregadores;

2.3. O Centro de Referência LGBT

O Centro de Referência LGBT escolhido como campo da pesquisa em questão foi instituído a partir do movimento LGBT no Brasil e implantado em dezembro de 2012, por meio de uma parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a

¹³ O fascismo social é um tipo de regime político que se originou nos anos 1930-40, e aparece em outro contexto histórico, social e político: o da hegemonia do capitalismo neoliberal, pois, é submetido à lógica do capital financeiro trazendo consequências, tais como a destruição do ecossistema e da biodiversidade como imperativos do capitalismo global. Boaventura de Souza Santos. “Os fascismos sociais”. **Jornal Folha de São Paulo**, domingo, 6 de setembro de 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz06099808.htm>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

¹⁴ O Programa Criança Feliz foi instituído por meio do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, e alterado pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, de caráter intersetorial e com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/crianca-feliz/conheca-o-programa>>. Acesso em: 18 novembro 2019.

Secretaria de Direitos Humanos (SDH). A instituição é gerida pela Coordenadoria da Diversidade Sexual e Política Pública, que está vinculada à SDH, atuando em ações relacionadas ao enfrentamento do preconceito contra a população LGBT, assim como na afirmação de Políticas Públicas que atendem a população citada.

Desse modo, o CRLGBT é um equipamento social, ou instrumento social, por se tratar de um órgão que tem a responsabilidade de planejar, articular e executar ações na área de promoção, defesa e difusão de direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, sendo uma das demandas do Orçamento Participativo (OP), realizado pela Secretaria de Direitos Humanos do município em que está localizado.

O equipamento tem o objetivo de trabalhar no processo de garantia e efetivação da cidadania e dos direitos humanos desse público vitimado pela Homofobia, Lesbofobia e Transfobia, entendidas como materializações do preconceito internalizado em pessoas que não aceitam o convívio com o diferente, utilizando-se de agressão, na esfera moral, física, psicológica, sexual e patrimonial, para repudiar e violar os direitos da população LGBT, que lhes são, sobretudo, direitos humanos (BRASIL, 2017).

O trabalho no equipamento é desenvolvido por meio de acompanhamento jurídico, psicológico e de Serviço Social no intuito de oferecer serviços de proteção e defesa para população LGBT vítima de discriminação, que esteja em situação de violência e/ou violação e omissão de direitos, motivados pela questão da orientação sexual e/ou da identidade de gênero. Nesse sentido, dado o objetivo geral da instituição, a mesma ainda é responsável por articular e consolidar a Rede de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos LGBT¹⁵.

Estão entre os objetivos específicos do CRLGBT: receber, atender e encaminhar solicitações referentes às violações aos direitos humanos da população LGBT oriundas do Disque Direitos Humanos (DDH), de demandas espontâneas e de outros equipamentos sociais; oferecer e realizar orientações e acompanhamento gratuito para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; trabalhar pela ampliação e fortalecimento da Rede de Enfrentamento à Homofobia/Lesbofobia/Transfobia. Além disso, também é responsável por elaborar e desenvolver pesquisas sobre Homofobia/Lesbofobia/Transfobia, sexualidades e direitos humanos LGBT; mapear e sistematizar dados sobre violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais motivados pela questão da orientação sexual e ou identidade de gênero.

¹⁵ A Rede de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos LGBT tem o papel de atuar no atendimento, acompanhamento e monitoramento dos sujeitos vítimas de violações de direitos humanos em todo o Estado do Ceará. Salienta-se que é importante destacar o acompanhamento dessas denúncias que são encaminhadas pelas Coordenadorias especiais de políticas públicas, violência institucional, sistema socioeducativo e conflito fundiário.

3. VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBT: GÊNERO E SEXUALIDADE

Em nosso país, diariamente somos surpreendidos com notícias relacionadas à violência praticada contra a população LGBT. Esse grupo passa por situações que não ferem apenas a eles, mas todos aqueles que fazem parte de sua vida. O Brasil é um país onde a população tem o direito de viver livremente, garantido na Constituição de 1988, porém em pleno o século XXI, o racismo, o preconceito e a desigualdade são incessantes. Diante do exposto, esse capítulo vem apresentar sobre a história do público LGBT, suas conquistas e desafios no decorrer dos anos. Ainda no mesmo tópico trataremos uma explanação de gênero, sexualidade e seus determinantes sociais.

3.1. Violência e população LGBT: uma história de lutas e resistências

Em tempos de intenso avanço tecnológico, numa sociedade capitalista dita moderna, avançada e civilizada, que possibilita a comunicação com um clique na palma da mão, a violência, na sua dimensão arcaica, obsoleta e primitiva da humanidade tem se tornado cada vez mais expressiva e deletéria. Não há uma sociedade sequer excluída dessa problemática. A violência se manifesta pelo uso da força e do poder, submetendo e provocando danos aos indivíduos, aos grupos e à coletividade.

Sendo assim, encontra-se uma contradição visto que o art. 5º da Constituição Federal de 1988 descreve que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurando, o direito à liberdade e à igualdade (BRASIL, 1988). No entanto, não se pode dizer que exista uma sociedade igualitária, se há uma exclusão social e a homossexualidade ainda é considerada crime ou pecado pela população.

Embora a Constituição Federal de 1988 nos oriente para a construção de uma sociedade livre de preconceitos e discriminação, a população LGBT sofre todas as formas de violência: a *física*, que é representada por agressões por um ou mais indivíduos com intenção de machucar, através de socos ou com armas; a *psicológica*, que atinge o indivíduo de forma invisível e não deixa marcas no corpo; a *patrimonial*, que ocorre quando um indivíduo retém um pertence, documento ou bens materiais sem o consentimento; a *sexual*, como qualquer forma de contato íntimo entre duas ou mais pessoas, quando uma delas não está ciente ou não aceita o ato; a *institucional*, que é marcada quando o autor da violência é representante do estado ou quando uma instituição negligencia ou discrimina o atendimento a um indivíduo e a

simbólica, quando uma pessoa, grupo social ou mesmo toda uma sociedade ou cultura impõe um modelo de comportamento sobre os indivíduos (OLIVEIRA FILHO, 2018).

As expressões da violência contra a população LGBT estão presentes nos diferentes grupos de convivência social e formação de identidades. As ramificações se fazem notar, por exemplo: no meio familiar, nas escolas, na igreja, nos ambientes de trabalho, nas forças armadas, em diversas esferas do poder público e na falta de políticas públicas afirmativas que contemplem a comunidade LGBT (MOTT, 2006).

A violência, a discriminação e o preconceito contra aqueles que saem das regras impostas culturalmente pela sociedade têm se tornado frequente no Brasil. O número de pessoas que morrem por conta da violência, da não aceitação de alguns populares, é significativo, como demonstraremos no parágrafo seguinte. Vale ressaltar ainda que a violência praticada não se limita apenas ao indivíduo e sim a todos os seus vínculos afetivos, relações pessoais ou familiares.

O relatório anual do Grupo Gay da Bahia (GGB)¹⁶, considerada a mais antiga associação brasileira direcionada para a defesa dos direitos dos homossexuais ainda em atividade, traz dados de assassinatos e suicídios dessa população registrados na última década: contabiliza-se 130 homicídios no ano de 2010; em 2017, foram 445 mortes, número esse, que de acordo com o GGB tornou-se recorde desde que se iniciou esse banco de dados. No ano de 2018, registraram-se 420 casos, sendo 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%).

A partir do exposto, consideramos que no cenário atual brasileiro, a ofensiva ultraconservadora que se ergueu diante da última eleição pode ser apresentada como um dos elementos propulsores do agravamento da violência, calcados no discurso de ódio, na prática da justiça com as próprias mãos e do linchamento público, sendo práticas disseminadas e propagadas pelo presidente da república, além do discurso que o mesmo utilizou em torno do “kit gay” como estratégia para se eleger.

Posto esse cenário pleno de violência, retoma-se com urgência um chamado aos movimentos sociais, considerando que os mesmos são de suma importância na luta pela conquista de direitos de forma democrática em uma sociedade que persistiu por muito tempo num modelo escravagista e patriarcal¹⁷, e que ainda hoje esboça traços que reforçam a marginalização daqueles que antes já eram discriminados. Como aponta Gohn (2000), os movimentos sociais são estruturados por ações coletivas de caráter sociopolítico, formados

¹⁶ Grupo Gay da Bahia (GGB) – associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. Fundada em 1980, visto que se registrou como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia/>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.

¹⁷ Relação patriarcal - se configura na dominação-exploração da mulher pelo homem, ou seja, é um sistema que concede ao homem um status de soberania. SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

por pessoas pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, os mesmos politizam suas demandas criando assim um campo político de força social na sociedade civil.

O movimento gay, segundo Molina (2011), surgiu de forma consciente a partir de uma preocupação com o entendimento dos indivíduos na sociedade no intuito de esclarecer e dominar os parâmetros de sua organização e de classificação da homossexualidade, buscando desconstruir as identidades negativas que lhe foram atribuídas e visando possibilidades de experiências mais positivas dentro da sociedade. Como expressão desse movimento, a primeira Parada do Orgulho LGBT no Brasil aconteceu na cidade de São Paulo, em 1997. Contou com a participação de duas mil pessoas e objetivava a construção do sujeito responsável pela mudança de visões, posturas, hábitos e transformação das pessoas a partir de um conhecimento de si e do mundo.

Como nos afirma a referida autora, um meio de informação muito importante para o movimento homossexual no Brasil se deu em decorrência da imprensa com o Jornal *Lampião de Esquina*, editado por um grupo de intelectuais homossexuais, publicado pela primeira vez em abril de 1978, na cidade do Rio de Janeiro, o qual foi o primeiro a apresentar-se como porta-voz do movimento gay.

Importante observar que, no decorrer do período histórico, o movimento gay apresentou diversas nomenclaturas. Em 1992, por exemplo, o termo LGBT ainda não era utilizado. Sendo assim, para firmar uma identidade de grupo, passou a ser denominado pelo seguinte termo: “Movimento Homossexual Brasileiro” ou MHB. Já o termo “lésbico” começou a ser usado a partir de 1993, durante os encontros realizados pelos membros do movimento; “gays” e “lésbicas” entraram em uso no encontro de 1995; em 1997 foi acrescentado o termo “travestis” e, no Encontro de 2005, os termos bissexuais e transexuais. Assim, em 2008, ocorreu a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, um evento que representou a mudança da nomenclatura usada para o movimento, que era GLBT e se transformou em LGBT, reafirmando uma luta das mulheres lésbicas (SIMÕES; FACCHINNI, 2009). Atualmente, de acordo com Justa (2019), a sigla LGBTQI+ é a definição para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexos e quem chegar.

Esse movimento adquiriu muita visibilidade e dentre as conquistas podemos citar: no ano de 2007, benefícios como pensão por morte e auxílio reclusão passam a valer também para casais homossexuais. Em 2010, foi permitida a adoção de crianças por casais homoafetivos; já em 2011, foi reconhecida a união estável entre pessoas do mesmo sexo e posteriormente, em 2013, o casamento civil foi permitido e desde então nenhum cartório pode recusar a celebração dos casamentos civis de pessoas do mesmo sexo (FRANCO, 2016).

Atualmente, no ano de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprova o Projeto de Lei da Câmara 122/2006, o PL 122, também conhecido como lei anti-homofobia, que estava arquivado desde o ano de 2006, decretando que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerado crime. Contudo, enquadrou-se nos crimes de racismo.

Diante do exposto, consideramos que o movimento LGBT amplia-se e a cada conquista vai alcançando maior visibilidade, que ainda se mantém firme na luta por seus direitos e pela sua inclusão no meio social. Contudo, mesmo existindo muitos movimentos defendendo a livre expressão da sexualidade, a sociedade ainda estigmatiza gays, lésbicas, transexuais e outros, devido ao grau de conservadorismo presente em nossa cultura.

3.2. Gênero, Sexualidade e seus determinantes sociais

Para compreendermos a causa de todo estigma criado em torno das formas de expressão da sexualidade dos indivíduos, torna-se necessário dialogar acerca de um conceito que se faz grande protagonista na sociedade: o gênero. Para isso, as autoras Connel e Pearse (2015) selecionam um espaço em seu livro *Gênero: uma perspectiva global*, através do qual buscam definir o termo e assim expõem que a palavra gênero originou-se de *gender*, palavra da língua inglesa, que na gramática passou a ser utilizada para distinções específicas de classes de substantivos, distinções de sexo nos objetos, definindo como feminino, masculino, neutro ou de gênero comum. As autoras relatam que a língua é importante, mas, não é suficiente para compreendermos as relações sociais e a sexualidade a partir do gênero e por isso, fazem uma crítica à insuficiência do termo, posto que a vida e o caráter humano não se limitam apenas às diferenças entre homens e mulheres.

Mostram ainda a importância do papel das ciências sociais nos estudos de gênero, na medida em que estas indicam uma mudança de foco das diferenças para as relações sociais. Nas palavras das autoras:

A manutenção de padrões amplamente difundidos entre as relações sociais é o que a teoria chama de “estrutura”, nesse sentido o gênero deve ser entendido como uma estrutura social. Não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa da vida ou do caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 47).

Acerca dessa estrutura, onde o gênero está incluso, há um sujeito que ganhou grande relevância nos estudos de gênero, o *patriarcado*, um sistema que concede ao homem um status de soberania. Este tema é muito bem trabalhado nos estudos da autora Simone de

Beauvoir, em seu livro intitulado *O segundo sexo* (1970), no qual a mesma discorre acerca de como as mulheres foram prejudicadas por esse sistema e lutam ainda hoje por igualdade.

Beauvoir (1970), assim como Connel e Pearse (2015), também demonstra que os estudos das relações sociais seriam o mais indicado para se entender o gênero, visto que este situa os indivíduos na esfera social, ou seja, sujeitos às influências e/ou às transformações na sociedade, apontando a importância da contribuição do materialismo histórico dialético para o referido estudo.

A teoria do materialismo histórico pôs em evidência muitas verdades importantes. A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. A sociedade humana é uma *anti-physis*: ela não sofre passivamente a presença da natureza, ela a retoma em mãos. Essa retomada de posse não é uma operação interior e subjetiva; efetua-se objetivamente na *práxis*. Assim, a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado: entre os dados biológicos só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade. Ela reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade, estrutura que traduz o grau de evolução técnica a que chegou à humanidade (BEAUVOIR, 1970, p. 73).

Nota-se que o gênero, assim como o advento do patriarcado são construções sociais, influenciadas pelas relações de poder, reverberando também na sexualidade, visto que o patriarcado pode ser percebido como uma maneira de controlar a sexualidade dos indivíduos, na medida em que estabelece apenas uma forma de relação sexual como apropriada.

A discussão acerca do tema gênero é relevante dentro desta pesquisa na medida em que a construção social do que é ser homem e mulher, bem como o tipo de relação sexual apontada como normal, exerce considerável influência em como a população LGBT é definida pela sociedade. Contudo, compreendemos o quanto essa imposição de padrões e normas prejudicam as relações sociais e que na sexualidade humana não há uma regra, posto que esta se expressa das mais diversas formas e os sujeitos pertencentes ao grupo LGBT são duramente reprimidos pelo simples fato de exercer sua sexualidade de forma livre.

Para tratar agora do tema sexualidade utilizaremos como referência autora ativista americana Gayle Rubin, tendo como aporte teórico o livro *Políticas do Sexo*. Rubin (2012), para explicar as evoluções nos estudos sobre o sexo, traz à tona o “essencialismo sexual”, um axioma que foi incorporado pelo saber popular, em que o sexo é entendido como uma força natural sendo anterior à vida social. Durante determinado período, os ramos da biologia e da psicologia, em seus estudos, trouxeram essa ideia de essencialismo, classificando o sexo como propriedade dos indivíduos.

Contudo, a autora ressalta que o sexo pode ser uma construção fisiológica ou psicológica, mas, nessas categorias etnocientíficas, a sexualidade não apresenta história e nem determinantes sociais significativos, algo tido como incoerente para Rubin. A autora não

recusa a importância do fator biológico, mas, explica que a sexualidade não se restringe apenas a este aspecto, dessa maneira pontua:

Organismos humanos com cérebros humanos são necessários para as culturas humanas, mas nenhum exame do corpo ou de suas partes pode explicar a natureza e variedade dos sistemas sociais humanos. A fome na barriga não dá pistas sobre a complexidade da culinária. O corpo, o cérebro, os genitais, e a capacidade para a linguagem são necessários para a sexualidade humana. Mas eles não determinam seus conteúdos, suas experiências e suas formas institucionais. Além de que nós nunca encontramos um corpo não mediado por significados conferidos pela cultura (RUBIN, 2012, p. 12-13).

Ratifica-se, portanto, a importância de se observar a sexualidade como inerente a relações sociais e de poder, sendo assim resultado de uma construção social. Isto posto é de grande relevância compreender a força do conservadorismo em relação ao preconceito que foi construído sob a desculpa de proteção à família, fazendo com que as pessoas escondam ou não falem sobre sua sexualidade.

Partindo desse pressuposto é que se pode tentar compreender como foram sendo desenvolvidos, no decorrer da história, estereótipos e papéis sociais para a mulher e para o homem, em que a mulher deve ser delicada, exercer a função materna e do lar, além de ser submissa ao homem. Este por sua vez, deve ser viril, prover o sustento da casa trabalhando fora, pode dirigir automóvel e deve ser autoridade no lar. Os que não seguem este padrão normativo são duramente atacados(as), e ainda hoje, mesmo com todas as transformações e conquistas, as pessoas que fazem parte do grupo composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são afetadas pela violência, discriminação e preconceito embutidos nessa construção social.

A partir do que foi exposto, vale citar uma fala de Rubin (2012), na qual descreve um esquema de pirâmide na forma como sociedades ocidentais modernas (como o Brasil) avaliam os *atos sexuais*:

Sociedades ocidentais modernas avaliam os atos sexuais de acordo com um sistema hierárquico de valores sexuais. Heterossexuais maritais e reprodutivos estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. Clamando um pouco abaixo se encontram heterossexuais monogâmicos não casados em relação conjugal, seguidos pela maioria dos heterossexuais. O sexo solitário flutua ambigualmente. O estigma poderoso do século XIX sobre a masturbação hesita de formas menos potentes e modificadas, tal qual a ideia de que a masturbação é uma substituta inferior aos encontros em par. Casais lésbicos e gays estáveis, de longa duração, estão no limite da respeitabilidade, mas sapatões de bar e homens gays promíscuos estão pairando um pouco acima do limite daqueles grupos que estão na base da pirâmide. As castas sexuais mais desprezadas correntemente incluem transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo como as prostitutas e modelos pornográficos, e abaixo de todos, aqueles cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais (RUBIN, 2012, p.15).

A autora traz, em sua análise, aspectos importantes sobre como a sexualidade nos grupos sociais é construída segundo os padrões da heteronormatividade burguesa. O segmento de heterossexuais casados é visto com olhar de respeito. Já os comportamentos sexuais, que seguem abaixo deles, são marginalizados e criminalizados. A sexualidade tem em si muitos aspectos que foram sendo desmistificados durante as mudanças conquistadas em nossa sociedade através dos avanços nos estudos e pelos movimentos sociais. Trabalharemos aqui, tendo como referencial teórico a autora Jaqueline Jesus (2012), dois desses aspectos.

O primeiro é a *identidade de gênero*, que é como você se vê/identifica (homem ou mulher). A autora expõe dois termos: *cisgênero*, que designa pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no momento de seu nascimento e *transgênero*, um termo genérico que engloba o grupo variado de pessoas que não se identificam com o gênero do seu nascimento, em graus diferentes, com os papéis sociais esperados pelo gênero que lhes foi determinado ao nascerem.

Quanto ao conceito de transgênero, vale ressaltar uma crítica levantada pela autora Lanz (2014) à construção social de classificação das pessoas em dois gêneros binários. Em suas palavras exprime:

Se existe o preconceito, o estigma, a intolerância e a discriminação é porque o trans, de trans-gênero, vem de transgressão. Transgressão ao dispositivo binário de gênero, que determina o enquadramento das pessoas em um dos dois gêneros oficialmente reconhecidos - homem e mulher ou masculino e feminino, em função do órgão sexual que elas trazem entre as pernas ao nascer. Essa transgressão, que a sociedade vê como crime e pecado contra a ordem natural das coisas, é a matriz de todas as tormentas vividas pelas pessoas transgêneras ao longo da vida. Se elas se enquadrassem direitinho, dentro das respectivas caixinhas de gênero que a sociedade lhes destinou, não haveria perseguição, não haveria necessidade de transição, não haveria o armário (LANZ, 2014, p.25).

Pode-se compreender que o conceito de transgênero está relacionado com uma transgressão de uma norma criada pela sociedade, e não é um transtorno mental ou erro um indivíduo não se encaixar nessas normas. Não seria um equívoco, portanto, a sociedade querer limitar as mais variadas expressões dos seres humanos em dois tipos ou conceitos sendo estes encarados como ideais? O questionamento também serve de base para refletirmos sobre toda a construção social que estabelece a heterossexualidade, impondo a atração sexual pelo gênero oposto como o único tipo de orientação sexual encarada de forma natural pela sociedade, o que faz com que as demais expressões da sexualidade humana sejam consideradas desviantes.

A *orientação sexual*, o segundo aspecto da sexualidade, de acordo com a autora, diz respeito à atração afetivo sexual que se sente por outros indivíduos – do mesmo gênero ou do gênero oposto. Sendo assim, uma pessoa pode ser homossexual, aos sentir-se atraído por pessoas do mesmo gênero, ou bissexual se sentir atração por pessoas de ambos os gêneros, o

que não está relacionado com sua identidade de gênero, visto que estes se identificam com o gênero que foi atribuído. Por fim, pessoas *transgêneros*, assim como *cisgêneros*, podem ter qualquer orientação sexual.

Cabe ainda trazer, mesmo que brevemente, as contribuições mais recentes dos estudos de Mirla Cisne (2015), que ao mergulhar no universo do feminismo marxista, realiza uma análise histórico-crítica das abordagens teóricas sobre gênero, empreendendo a partir daí uma escolha teórico-política, na qual a autora deixa de utilizar o conceito de *gênero*, “que é polissêmico e utilizado por diferentes perspectivas teóricas, predominando as abordagens pós-estruturalistas” (CISNE, 2015, p. 20), passando a adotar a denominação *relações sociais de sexo*, que para a autora:

A categoria *relações sociais de sexo* acentua o fato de que as relações entre homens e mulheres constituem uma relação social permeada por conflitos, hierarquias e antagonismos correspondentes às relações de exploração e opressão, o que nos possibilita compreender que as relações de sexo não são questões isoladas ou meramente individualizadas entre homens e mulheres, mas relações sociais estruturantes, consubstanciadas e coextensivas aos conflitos de classe e “raça”. Assim, [...] os conflitos entre os sexos exigem o pensar de um sujeito político coletivo na busca por transformação: o feminismo (CISNE, 2015, p. 19).

A discussão acima apresentada é importante para refletirmos acerca dos determinantes sociais que influenciam em como as expressões da sexualidade são vistas. Compreensão essencial tanto para nós, enquanto estudantes do curso de Serviço Social, quanto para os profissionais da área que atuam junto à população LGBT, para uma atuação qualificada e que vá ao encontro dos princípios contidos em nosso Código de Ética e no nosso Projeto Ético-Político Profissional, que defende uma nova ordem societária pautada na liberdade, que inclui ser livre de preconceito e de discriminação. Aqui não nos aprofundamos em todos os conceitos concernentes ao tema, posto que para este artigo, os ditos anteriormente – não limitados apenas aos autores do Serviço Social, mas buscados em outras áreas de conhecimento – já servem de alicerce.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, está expressa na realidade social, permeada de um conjunto de fenômenos que não podem ser apenas quantificados, pois segundo Minayo:

Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde há um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser quantificados (MINAYO, 2001, p. 22).

Para alcançar os resultados esperados desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica e de campo. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Já a empírica, com base em Minayo (2008), concebemos campo de pesquisa como o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação.

O campo escolhido para a realização da pesquisa foi o Centro de Referência LGBT, que é um dispositivo de resposta do Estado às manifestações dessa população em específico. É gerida pela Coordenadoria da Diversidade Sexual e Política Pública, uma organização vinculada à Secretária de Direitos Humanos, do município onde fica localizado, atuando em ações relacionadas ao enfrentamento do preconceito contra a população LGBT, assim como na afirmação de Políticas Públicas que atendem à população.

O universo desse estudo foi composto pelos profissionais do referido equipamento. A amostra se referiu a dois profissionais, o assistente social e o coordenador do local. A escolha do profissional de Serviço Social teve como intuito compreender o processo de trabalho realizado por este no atendimento aos usuários. A escolha do coordenador teve como intuito compreender acerca dos fluxos de atendimento, dinâmica da instituição e a articulação com as Políticas Públicas.

Vale salientar que o projeto da referida pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do Centro Universitário Ateneu, a fim de obter autorização de realização de pesquisa com seres humanos, para só então adentrarmos no campo de estudo.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi visita ao equipamento e entrevista semiestruturada guiada por um roteiro de perguntas. De acordo com Minayo (2008), neste tipo de entrevista o roteiro pode possuir principalmente perguntas abertas, isso possibilita ao entrevistado falar mais livremente sobre o tema proposto, assim como o pesquisador pode criar formas de prosseguir a entrevista. Esta não se torna, assim, engessada.

A realização das entrevistas com os profissionais do centro ocorreu em dois momentos durante o mês de novembro de 2019. Na primeira visita, realizou-se entrevista com o assistente social, com duração de uma hora, e, na segunda visita, realizou-se entrevista com o coordenador do equipamento. A partir dos discursos dos entrevistados, foi possível visualizar a realidade da atuação do assistente social, bem como conhecer o funcionamento do espaço. Pode-se, dessa maneira, dialogar com as pontuações colocadas pelos autores durante a pesquisa bibliográfica anteriormente realizada.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NUM CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT – CRLGBT

O percurso teórico realizado até aqui buscou compreender os aspectos sócio históricos que envolvem a categoria trabalho no Serviço Social, bem como os determinantes sociais que perpetuam no cotidiano do público LGBT e as respostas dadas pelo Estado através de Políticas Públicas às demandas apontadas pelo movimento LGBT. Em seguida, entramos em contato com a realidade da atuação do assistente social no CRLGBT, equipamento que materializa a Política Pública voltada a essa população no município de Fortaleza.

A realização de visita e entrevistas com dois profissionais de Serviço Social do referido equipamento foi a maneira encontrada para compreendermos a intervenção deste profissional nesse espaço no cenário contemporâneo. Na oportunidade, buscamos conhecer também a estrutura física e a dinâmica de funcionamento do ambiente. Ademais, nos debruçaremos, neste último tópico, sobre os resultados obtidos nas entrevistas, destacando o olhar dos entrevistados. Levando em consideração as normas da pesquisa acadêmica e a dimensão ética, será mantido o anonimato dos participantes.

O primeiro entrevistado, S. R. A. F, tem 29 anos, é solteiro, homossexual, possui religião indefinida: “prefiro ter minha fé individual” (sic.) e assistente social do CRLGBT. Relatou ter ingressado no meio acadêmico, como graduando em Serviço Social no ano de 2009, concluindo em 2013. Disse possuir duas pós-graduações e, recentemente, ter sido aprovado no mestrado em Sociologia com projeto pesquisa que busca “Investigar o envelhecimento de Travestis”.

No que se refere à experiência profissional, sua primeira foi numa Organização Não Governamental (ONG), realizando acompanhamentos de projetos de pessoas em situação de rua e pessoas que faziam uso de álcool e de outras drogas. Na ocasião, organizava oficinas, buscando estimular nestes sujeitos o empreendedorismo. No CRLGBT, trabalha há um ano e cinco meses.

Atualmente participa de um núcleo de pesquisa em Gênero, Idade e Família, sendo ativo no meio acadêmico, onde participa de seminários, encontros e palestras, representando o espaço no qual atua. Segundo o entrevistado: “*Minha última participação foi no seminário de Gênero e história, está com dois meses. A gente vai participar agora do seminário Gênero no Socioeducativo, que é uma das nossas atuações e vitórias dentro do Centro de Referência (ENTREVISTADO 1)*”. Ressalta ainda que os profissionais do CRLGBT recebem estímulo para participar e representar a instituição em eventos e capacitações.

O segundo entrevistado, T. C, tem 32 anos, é solteiro, gay, sem religião definida e bacharel em Serviço Social (2005/2012). Realizou também graduação tecnológica em *Master of Business Administration* (Mestre em Administração em Negócios – MBA), 2012, e possui pós-graduação em Gestão Pública, que concluiu em 2019.

Em relação à atuação profissional, o mesmo não possui registro profissional, portanto não atua na área social enquanto assistente social. Trabalha com consultorias técnicas e em projetos sociais. Contribuiu no processo formativo da equipe do CRLGBT e também facilita capacitações para os equipamentos externos, como os acolhimentos institucionais, e com os profissionais que trabalham com a política voltada para mulheres. Sempre que pode participa de congressos e seminários sobre a temática LGBT. O evento que considera o mais importante que participou foi o “Congresso do direito LGBT na Ordem dos Advogados no Brasil – OAB”. Declarou vir de movimentos sociais e trabalhar com os movimentos sociais. Acrescentou, ainda, que atualmente exerce o cargo de coordenador do CRLGBT, onde está desde fevereiro de 2017.

Acerca da origem do equipamento, o entrevistado 2 relata que a história do CRLGBT está ligada à própria história do movimento social LGBT e também das políticas LGBT do Brasil:

Nos anos 2000, os movimentos começaram a ser mais presencialmente, pautar a questão das Políticas Públicas, intercalar o Estado por respostas institucionais sobre a violência LGBTfóbica. Nos anos 2000, temos um marco muito importante que é o lançamento, em 2004, do programa Brasil Sem Homofobia, que foi o primeiro programa nacional de que se teve notícias na América Latina, de ações a nível federal de políticas direcionadas à população LGBT e que ultrapassassem a esfera da saúde de combate ao HIV/AIDS, que, desde os anos de 1980, tinha um canto mais fértil de relação entre os movimentos sociais e as entidades LGBTs, com as políticas governamentais que tinham se dado muito no campo das respostas às epidemias da AIDS. Em 2000, junto à expansão do Brasil sem Homofobia, ampliou-se o repertório e pautas sobre Políticas Públicas para a população LGBT, que entraram a: segurança pública, cultura, assistência social e educação. O Brasil sem Homofobia tinha um leque de atuação e de propostas, um dos eixos do programa era a questão do acesso à justiça, cidadania e o combate à LGBTfobia, que foi aí que a Secretaria de Direitos Humanos da presidência da república lançou um edital convocando as entidades da sociedade civil a lançarem propostas para serem financiadas pelo programa, que propusessem ações, projetos, políticas que visassem essa questão da assistência jurídica, Serviço Social, e promovessem o acesso à justiça para a população LGBT vítima de violência. Foi aí que o GRAB lançou uma proposta e foi contemplado por esse edital em 2005. Foi aí que surgiu o Centro de Referência LGBT, como uma proposta de um projeto social da sociedade civil que visava oferecer assistência jurídica e psicossocial às vítimas de violência. (ENTREVISTADO 2).

Ainda conforme o entrevistado 2, o Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) executou por dois anos a primeira versão do projeto, conseguiu a renovação por mais dois anos e no final de 2008 encerrou-se o ciclo de Financiamento do Brasil sem Homofobia para esse tipo de ação. Essa modalidade de ação não aconteceu em várias cidades. Ressalta que,

apesar do fim do financiamento, a ação continuava sendo necessária e que os estados e municípios precisavam assumir a condução desse tipo de intervenção pública, visto ser dever do estado oferecer o acesso à política, promover a segurança pública e a defesa dos direitos da população LGBT. Declara ainda que alguns estados e municípios em que os CRLGBT sobreviveram foram aqueles que foram municipalizados ou se tornaram uma Política Pública de estado. Acerca desse fato contextualiza:

Em 2008, tivemos dois marcos muito importantes para as Políticas LGBT, que foram a Assembleia do orçamento LGBT e a primeira conferência municipal LGBT, dois mecanismos de participação social sobre as Políticas Públicas deliberativos. Nos dois, essa proposta de municipalização do Centro foi colocada pela sociedade civil como prioridade e foi aí que o poder público passou a olhar para o Centro, que até então era um Projeto Social, como um tipo de política que precisava se tornar uma Política Pública de fato. Assim, no final de 2011 para 2012, foi celebrado um convênio com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) para a instalação do centro no município. Então o centro começa a se estruturar, construir seus instrumentais e fazer a tipificação do serviço, operar de fato nos atendimentos, no final do ano de 2012. Ao final do mandato de Luiziane Lins, existia um cenário de incertezas em torno da política LGBT no município, Luiziane Lins, junto ao vereador Erivaldo Maia, colocou em votação na câmara duas propostas de leis importantes, uma era de afirmação da lei da conferência municipal LGBT e a outra era a de institucionalização do Centro. Então, em dezembro de 2012, o centro foi instituído por lei nº 133/2012 (ENTREVISTADO 2).

No que concerne às dificuldades que o equipamento enfrenta, de acordo com o coordenador, são muitas; o mesmo as subdivide em dificuldades internas e externas. Referente às internas, cita a dificuldade de acesso aos recursos para operar a política. Em suas palavras:

Existe um levantamento feito pelas organizações da sociedade civil, com base no portal da transparência, de que há algum tempo não existe execução orçamentária para a política. De fato, não existe [...]. Aquilo que acessamos em termos de recurso são de ordem estrutural da secretaria, então nós temos: pagamento de equipe, espaço físico, luz, água, porteiro, e acessa, pontualmente, questão de café, material de expediente, com muita dificuldade. Acessa essas questões básicas pelo fundo geral. Então, a gente não tem execução orçamentária para desenvolvimento de ações (ENTREVISTADO 2).

O entrevistado 2 explanou ainda acerca da estrutura física, visto o fato de o equipamento estar situado dentro de um “Casarão da Prefeitura”, imóvel que funciona como uma espécie de condomínio, que comporta, além do centro, outros serviços da secretaria, como: o Escritório de Defesa dos Direitos Humanos; Coordenadoria do Idoso; Coordenadoria de Políticas para Pessoas com Deficiência e Coordenadoria de Política para Mulheres que são atendidas pelo disque 100.

Acerca das condições de estrutura do equipamento, o entrevistado 1 relata que as salas de atendimento são duas, nas quais os profissionais se revezam para realizar os atendimentos. Essa é a maneira que encontram para oferecer o mínimo de conforto possível durante a escuta,

o que demonstra a precarização a qual nos aponta Netto (2011), em que os profissionais passam por desafios diariamente em sua intervenção profissional diante do contexto neoliberal que fragiliza as Políticas Públicas. Ainda assim, os profissionais não conseguem garantir total sigilo, especialmente, porque sua sala é ao lado da recepção e a parede que as separa é frágil. Quando há necessidade de discutir algo mais sério, utiliza-se a sala do auditório, que também é dividida com os outros órgãos.

De acordo com o entrevistado 1, atualmente, o CRLGBT funciona de segunda-feira à sexta-feira, de 8h às 17h, (com intervalo no horário de almoço). Os atendimentos aos usuários são realizados de segunda-feira à quinta-feira, visto que, a sexta-feira é reservada para o planejamento de ações e monitoramento dos casos. Em relação a essa atividade verbaliza:

É uma das questões que eu achei mais fantástico aqui no Centro, de metodologia. Porque a gente não só atende e encaminha, a gente tenta acompanhar os casos, [...] no monitoramento a gente pega caso a caso, faz a leitura, vê o que foi encaminhado, faz o acompanhamento por telefone e, no final do mês, a gente consegue ver quantas pessoas tiveram acesso ao cadastro único, conseguiram atendimento no posto de saúde etc. (ENTREVISTADO 1).

O mesmo acrescenta que o Relatório Anual das ações do equipamento é elaborado a partir desse monitoramento. Esse documento tem o objetivo prestar contas das demandas apresentadas, relatando ser um processo denso.

Acerca da equipe que compõe a instituição, o entrevistado 1 relatou tratar-se de cinco profissionais: um psicólogo, um advogado, um assistente social, um pedagogo e uma recepcionista. O vínculo empregatício se dá de duas formas: celetistas pela empresa terceirizada e cargos comissionados. O mesmo ressalta que o correto para as Políticas Públicas funcionarem efetivamente seria o concurso público, pois, com o tipo de vínculo empregatício atual:

Mudou prefeito, mudou empresa, quebra o vínculo construído com as pessoas que estão em processo de adoecimento. Por exemplo, a psicologia, a gente consegue caminhar um pouquinho com aquela pessoa quando ela está depressiva, daí esse vínculo é cortado. Esse é o gargalo que perpassa por muitas Políticas Públicas, por isso não é o modelo ideal, o ideal seria a garantir concurso público, para que o trabalho tivesse uma continuidade (ENTREVISTADO 1).

Relata, ainda, que não ocorreu capacitação dos profissionais ao adentrar no equipamento em relação ao tema gênero e sexualidade, existindo apenas uma semana de preparação referente ao trabalho e à prática de cada profissional. Contudo, fala que é importante o assistente social se apropriar desses debates para compreender e saber como

acolher esse público, visto que as ações são direcionadas para eles. Para o entrevistado 1, sexualidade não é definida apenas como prática sexual.

É preciso reconhecer os desejos, os sabores e as liberdades de vivenciar sua sexualidade, tentando quebrar essa questão heteronormativa. Gênero e sexualidade caminham juntos, pois, é preciso compreender o gênero a partir da história, a partir da perspectiva do poder. (ENTREVISTADO 1).

Aqui, observa-se uma relação com o que as autoras Connel e Pearse (2018) colocam acerca do gênero ser uma construção social, ou seja, da influência que as relações sociais possuem sobre essa categoria. O entrevistado 1 acrescenta ainda que visualizar a questão LGBT vai muito mais além do que está nos livros, que existe uma violação muito forte desse sistema, que exclui, que diz que o lugar das pessoas LGBT é na prostituição, que não reconhece e não legitima, verbalizando: “no dia a dia é que a gente consegue visualizar o que a pessoa LGBT sofre (sic.)”. Levanta também alguns questionamentos para reflexão, de acordo com sua atuação no referido espaço: “Por que 50% do público LGBT não tem apoio da família? Por que, que, 90% das mulheres trans não estão no trabalho formal?”.

O entrevistado 1 explana que os serviços oferecidos pelo CRLGBT, relacionados a atendimentos, atualmente dividem-se em dois grupos: psicoterapia para os transexuais, que acontece quinzenalmente, e Estudos LGBT, que acontece mensalmente, toda última terça-feira de cada mês. Realizam também campanhas, como: “Respeite as minas e os manos”, uma cartilha que apresenta o CRLGBT, os serviços ofertados, assim como as leis municipais que o próprio público desconhece e acaba fomentando a LGBTfobia. Além disso, recebem e acompanham as denúncias pelo Disque 100, de Fortaleza.

Dentre as principais demandas atendidas pelo equipamento está a retificação do registro civil e as violações pela LGBTfobia. As demandas mais trazidas são de pessoas em situação de rua, como também a violência e a exploração sexual de adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade e risco.

De acordo com o entrevistado 1, o Serviço Social é o primeiro contato do usuário na instituição:

Quando o usuário chega ao Centro, o primeiro atendimento é do Serviço Social. Sou eu que vou abrir a ficha, fazer a escuta qualificada, vou ver qual é a demanda [...], por que outra questão que a gente foca muito aqui é, por exemplo, os usuários chegam com uma questão de suspeita de HIV, então, a demanda que ele veio aqui foi essa, [...] mas, no prontuário do Serviço Social, a gente consegue perpassar por todas as políticas (ENTREVISTADO 1).

Quanto ao instrumental utilizado pelo profissional, o entrevistado 1 coloca que o mesmo aborda aspectos como: condição socioeconômica, escolaridade, vínculo familiar,

trabalho, moradia (aluguel ou situação de rua), saúde, documentação, acesso a outras políticas, aposentadoria e, por fim, processo *transexualizador* (sic.).

Após esse primeiro contato, é agendado um retorno do usuário ao profissional específico. Os atendimentos são realizados por agendamentos feitos por telefone. Por dia, são realizados quatro atendimentos por profissional, com duração de uma hora, cada. O entrevistado 1 relata que diminuiu para três a quantidade de atendimentos dele, devido à complexidade das demandas: *“é impossível atender, por exemplo, uma pessoa vítima de violência em uma hora, encaminhar, preencher o SINAN, que é a notificação da violência. Muitas vezes a dor da pessoa é tão grande que passa uma hora só ouvindo.”* (ENTREVISTADO 1). Ademais, pontua outros instrumentos utilizados pelo assistente social em sua prática, são eles: linguagem, entrevista e relatórios para acesso às políticas.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo assistente social, segundo o entrevistado 1, estão: a escuta qualificada; a visita domiciliar, quando necessário, visto que essas visitas são realizadas como resposta às denúncias do disque 100; os relatórios sociais; os pareceres sociais; articulação com as outras políticas públicas; atendimento aos estudantes de Serviço Social; mediação de conflito junto à equipe multiprofissional.

O entrevistado 1 argumenta sobre a importância do trabalho multiprofissional, pontuando que o olhar do Serviço Social é essencial, porém, muitas vezes necessita de outras perspectivas. Declara a importância e o cuidado que se deve ter em não fazer o usuário, durante o atendimento, reviver a violência sofrida. Bem como o desafio colocado ao assistente social, no sentido de não se envolver durante a sua intervenção, verbalizando: *“às vezes eu realizo um atendimento e não consigo realizar outros por ser muito forte, mexe muito com o emocional, a gente lida com violência e dor (sic.)”* (ENTREVISTADO 1).

Inclusive, com relação ao debate entre Iamamoto (2007) e Lessa (2015), acerca da categoria trabalho no Serviço Social, o entrevistado se posiciona: *“O Serviço Social é trabalho! A gente vende nossa força de trabalho, tem um empregador, o maior empregador é o Estado. Isso se configura porque o trabalho do assistente social existe (sic.)”* (ENTREVISTADO 1). Podemos perceber que o posicionamento do profissional vai ao encontro do que a autora Iamamoto (2007) defende em relação a atuação do Serviço Social, considerando a prática do assistente social como trabalho e que este pertence à classe trabalhadora, pois vende sua força de trabalho em troca de um salário.

No que concerne às condições de trabalho do assistente social na instituição, o entrevistado explana que:

São Precárias... Precárias... Falta ar-condicionado, pois, tem dias que ele não está funcionando. Tem dia que a gente está sem impressora. Não temos espaço para

atendimento, pois se os três profissionais forem atender, não tem sala para todos. Às vezes eu atendo aqui ou em outra sala. Mas, essa é a realidade (ENTREVISTADO1).

O profissional relata que a presença do Serviço Social é essencial no CRLGBT, visto ser, segundo ele, uma profissão que consegue observar o outro através da escuta qualificada e da sensibilidade, para legitimar a garantia dos direitos. Vale ressaltar que essa sensibilidade é adquirida pelo profissional em sua formação e consta no Código de ética da profissão como um dos princípios: “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito e a diversidade [...]” (BARROCO, 2012). O mesmo compreende que, para garantir minimamente esses direitos, precisa-se ter o conhecimento necessário. Discorre acerca da importância em se debater o papel do Serviço Social diante da LGBTfobia, “*nós somos a ponte articuladora no acesso, garantia e efetividade*” (ENTREVISTADO 1).

Quando questionado em relação ao impacto do governo atual, relatou que se preocupa, posto às perdas recentes no campo das Políticas Públicas; considera um contexto “ameaçador”, “aterrorizante”. Acrescentou também que a violência se apropria do discurso contemporâneo: “*No contexto atual, o conservadorismo está presente e vem ganhando forças até mesmo pela justificativa da violência nas universidades, nas escolas, nas igrejas, na família. Então, esse conservadorismo, hoje, ele se materializa, de fato*”. (ENTREVISTADO 1).

Considera a violência de forma transversal e diz que ela se potencializa em alguns instantes, seja pela pobreza ou pela exclusão social, “*violência não é apenas a dor física, existe a dor da alma, a banalização da vida (sic.)*” (ENTREVISTADO 1). As colocações do assistente social nos levam a refletir acerca do que Oliveira Filho (2018) pontua sobre as várias formas de como a violência se manifesta, sendo ela de forma física, psicológica, patrimonial e/ou sexual.

O mesmo autor pontua que a atuação do profissional de Serviço Social ocorre nas expressões da questão social para proteção e ampliação de direitos e pela necessidade de defesa da liberdade e da justiça social, de acordo com o que preconiza o Código de Ética. Para o assistente social que entrevistamos no decorrer de nossa pesquisa, ética profissional é: “*Colocar em prática o seu Código de Ética, respeitar, defender o princípio de liberdade, equidade, justiça social. O Serviço Social é um acordo que você faz com o sujeito social*”. (ENTREVISTADO 1).

Nesse sentido, vale ressaltar a importância da formação acadêmica no cenário atual e a defesa dos princípios éticos constituídos a partir do Projeto Ético-político do Serviço Social. Levando em consideração ainda o papel fundamental do Conselho Regional de Serviço Social

(CRESS) e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) na defesa da categoria e fiscalização no exercício profissional.

Quanto ao cenário político atual, quando questionado acerca dos impactos na política, o entrevistado 2 relatou não visualizar impactos no âmbito orçamentário do CRLGBT, na medida em que o equipamento nunca recebeu recurso federal, sempre municipal. Contudo, pontua o impacto nos sujeitos que são atendidos pela política, o público LGBT, ou seja, naquilo que aparece como demanda de atendimento.

Por exemplo, quando o governo Bolsonaro ganhou as eleições, após processo de golpe, a gente sentiu uma população extremamente amedrontada, com muito temor, face à fragilidade dos direitos historicamente conquistados. Na forma como eles foram conquistados, foram tão frágeis, que uma mudança política como essa é capaz de deixar as pessoas com receio de que esse pouco que foi conquistado seja novamente retirado e a gente tenha um retrocesso em termos de garantia de direito. [...] Quanto mais LGBTfobia existe no discurso do governo federal e reforça, legitima a situação de preconceito e discriminação, mais as pessoas se sentem à vontade para manifestar esse tipo de violência e isso reverbera na multiplicação das denúncias e dos contextos das pessoas que atendemos aqui (ENTREVISTADO 2).

O entrevista pontua também a importância do papel do Estado acerca das violações de direito do público LGBT, que muitas vezes é omissivo diante da banalização da vida dessa população:

É muito triste, por exemplo, a própria Secretaria de Segurança Pública, dizer que em 2017, não ocorreu nenhum caso de LGBTsídio de morte motivada por LGBTfobia, que, não coincidentemente, foi o mesmo ano que Dandara morreu, de forma brutal e que existe um vídeo em que está muito explícito a relação de como o fato de ela ser uma mulher transgênero, uma travesti – não se sabe como ela se reconhecia, mas, se tratava de uma pessoa trans – como isso foi determinante na forma como ela morreu. Dandara foi humilhada por ser uma figura que compõe a população LGBT, então, quando o Estado não reconhece o atravessamento da LGBTfobia e Transfobia, em um caso como esse, pra gente é de uma completa omissão, silenciamento e invisibilidade desse tipo de violência (ENTREVISTADO 2).

Acerca da importância da presença do profissional de Serviço Social no CRLGBT, o entrevistado 2 externa ser de suma importância, pois é a partir do olhar desse profissional que alcançam uma visão ampla das pessoas que procuram o equipamento. Não é por acaso que é esse profissional quem realiza o primeiro atendimento ao usuário:

É extremamente importante. Não é à toa que todas as pessoas que passam por aqui, passam primeiro pelo Serviço Social. Todas. Mesmo que ela traga discursivamente o desejo específico, por exemplo, de uma orientação jurídica ou psicológica. Ela sempre irá passar pelo Serviço Social primeiro, não só para garantir que esta pessoa faz o perfil do centro, não é só um processo de triagem simples. Mas, é, sobretudo, um processo de acolhimento qualificado (ENTREVISTADO 2).

A partir desse fala, percebemos o quanto é importante a intervenção do assistente social nesse espaço, posto que a partir de seu olhar, proporcionado por uma formação crítica e uma prática reflexiva, a equipe consegue pensar a melhor forma de atender as demandas apresentadas ao equipamento, bem como elaborar propostas de intervenção em outros equipamentos, visando minimizar as formas de violência sofridas pela população LGBT em outros espaços do cotidiano.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do objetivo proposto, de conhecer a atuação do assistente social no Centro de Referência LGBT em Fortaleza, pode-se perceber que sua atuação vai além de suas competências, isto resulta de uma Política Pública que enfrenta uma série de adversidades diante da falta de investimento do Estado. As principais dificuldades apresentadas pelos entrevistados são a falta de uma estrutura física adequada, de recursos materiais e financeiros capazes de suprir as demandas.

Comprovou-se ainda que o profissional de Serviço Social, como parte da classe trabalhadora, também sofre com a precarização do trabalho, visto que a política para o público LGBT originou-se através de muita luta e continua enfrentando desafios para permanecer ativa. Assim, nota-se que a forma de vínculo empregatício ideal seria através de concurso público, posto que os contratos atualmente adotados afetam o trabalho do assistente social na medida em que ocorre uma quebra de vínculo entre profissional e usuário.

Em vista dos aspectos observados, conclui-se que a atuação do assistente social é de suma importância, pois é através do olhar crítico deste profissional durante o primeiro atendimento que, segundo os discursos dos entrevistados, toma-se uma ação estratégica para se ter uma visão panorâmica que possibilita compreender o sujeito que procura o serviço em sua totalidade, identificando não apenas as demandas imediatas, mas alcançando contextos que visam os direitos fundamentais à vida e ao desenvolvimento humano. Isso porque a violência vivenciada pela população LGBT os fragiliza ao ponto de não conseguirem identificar a real dimensão de violação de direitos que passam em seu cotidiano, principalmente, na conjuntura atual.

Logo, vale ressaltar, que não se buscou apresentar resolução dos problemas identificados, pois é de uma dimensão muito ampla, que envolve todas as esferas da sociedade. Seria de grande importância para esta pesquisa apontar que devemos, enquanto sujeitos, pressionar o Estado, para, junto deste, traçar estratégias e planejar intervenções dentro do processo de enfrentamento as violações de direitos dos LGBTs. Ressalta-se que não

podemos ignorar os imensos desafios da conjuntura atual, de intensos retrocessos e perda de direitos, que impactam diretamente na classe trabalhadora e na prática profissional do assistente social, nos mais diversos espaços sócio ocupacionais, como o CRLGB, que em seu processo de construção e oferta de serviços vem ampliando o acesso aos direitos dos LGBTs. É urgente o chamado para organização de todos os segmentos sociais na luta em defesa da democracia, da liberdade e do amor, em todas as suas formas de expressão.

REFERÊNCIAS

BAHIA (Estado). Relatório GGB 2018. **População LGBT morta no Brasil**. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatório-2018-1.pdf>>. Acesso em: 21 junho 2019.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Código de Ética do Assistente Social Comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS (organizador). - São Paulo: Cortez, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. São Paulo: 4ª edição, Difusão Europeia de Livros, 1970. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/127566/Beauvoir%2C+Simone+O+Segundo+Sexo+vol+1.pdf>>. Acesso em: 20 fevereiro 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O Ministério Público e os direitos de LGBT: conceitos e legislação**. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará. – Brasília: MPF, 2017. 84 p. Disponível em: <<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/3b6b410f-5135-4deb-860b-fc90b7af288d.pdf>>. Acesso em: 19 novembro 2019.

CFESS; CRESS. Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social**. ed. amp. Brasília: CFESS 2018.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução da 3ª edição. Tradução e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: 2015.

FRANCO, Lucas N. **Políticas Públicas no Brasil voltadas para a população LGBT: reflexos que o movimento enfrenta com relação à sociedade civil**. Repositório UFU. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20739/1/PolíticasPúblicasBrasil%20%281%29.pdf>>. Acesso em: 20 junho 2019.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: Movimentos Sociais, ONGs e terceiro Setor. **Rev. Mediações**, Londrina. v. 5, n. 1, p. 11-40, Jan/jun. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194>>. Acesso em: 10 junho 2018.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007 (12ª ed.).

_____. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero conceitos e termos**. 2º Ed. - Brasília, 2012.

JUSTA, Neiva. **LGBTQI+**. Jornal O Povo. 24 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2019/06/21/lgbtqi+.html>>. Acesso em: 17 novembro de 2019.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Curitiba, 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-Z20LETICIA%20LANZ.pdf>>. Acesso em: 20 setembro 2019.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

_____. **Serviço Social e Trabalho: do que se trata?**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 01. Parte III. 1867. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap07.htm>>. Acesso em: 18 novembro 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em: 19 novembro 2019.

MOLINA, Luana Pagano Peres. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antíteses**, v. 4, n. 8, p. 949-962, jul./dez., 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 10 junho 2018.

MOTT, L. (2006). Homo-afetividade e direitos humanos. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 509-521. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a11v14n2.pdf>>. Acesso em: 19 novembro 2019.

NETTO, J. P. A construção do Projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Programa de Capacitação continuada para assistentes sociais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD, 2011.

OLIVEIRA FILHO, Antônio Diogo Cals de. **Fundamentos em Gerontologia**. Fortaleza: Centro Universitário Ateneu, 2018.

RAICHELIS, Raquel. O Assistente Social como Trabalhador Assalariado. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n107/03.pdf>>. Acesso em 19 de novembro de 2019.

RUBIN, Gayli. **Pensando o Sexo**: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Repositório Institucional UFSC, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1582>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.